

Governadores pedirão desconto de 30% para dívida de estados

Proposta prevê rolagem em 30 anos e juros anuais de 6% *Pública*

Maria Luiza Abbott

• **BRASÍLIA.** Os governadores vão apresentar ao Senado, até o início da próxima semana, um pacote de mudanças na legislação que regulamenta o endividamento dos estados. Eles querem que a sua dívida global de cerca de R\$ 100 bilhões — inclusive a parcela de R\$ 43 bilhões já refinanciada pelo Tesouro Nacional — seja renegociada por 30 anos, com desconto de 30% e juros de 6% ao ano ou com variação pela Libor (taxa de juros do mercado londrino). A proposta é que o Tesouro siga o modelo do acordo obtido pelo Brasil com os banqueiros credores da dívida externa.

Até mesmo as dívidas por precatório judicial — débitos que os estados são obrigados a pagar por decisão da Justiça — serão incluídas nesse refinanciamento, se aprovada a mudança na Cons-

tituição. A emenda impõe limites às decisões judiciais que obrigam o pagamento imediato dessas dívidas e alonga os prazos de vencimento dos precatórios para 30 anos. Dados do Banco Central e do Senado indicam que o total de dívidas estaduais por precatórios ultrapassa R\$ 10 bilhões.

O pacote dos governadores, que será entregue ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), prevê também proposta de projeto de lei para incluir nesta rolagem as dívidas de cerca de R\$ 43 bilhões já renegociadas pelo Tesouro em 1993.

Inclui, ainda, projeto de resolução do Senado para reduzir, de 11% para 6%, a parcela de receita líquida dos estados que deve ser usada para pagamento de dívida. Essa redução seria assegurada com as novas regras de rolagem. E esse limite subiria para 7% em três anos, quando aliás já terá ter-

minado o mandato dos atuais governadores.

Com uma proposta de projeto de lei, os governadores querem incluir na rolagem as dívidas de curto e médio prazo das estatais, estaduais e dos estados com Caixa Econômica Federal, BNDES e outras instituições. O pacote propõe também a alteração da medida provisória que criou as regras do cadastro de indimplentes com o Governo federal.

As quatro medidas foram preparadas pelo governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, do PT, a pedido de 19 governadores. Segundo Buarque, os governadores assumiriam o compromisso de adotar medidas de ajuste fiscal, incluindo programas de demissão voluntária, redução de benefícios dos servidores e definição legal de um limite de receita para despesas do Judiciário e do Legislativo. ■